

ÁGUA E SANEAMENTO

no **OGGE 2017**
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO



unicef 

Mensagens chave

- » **O peso do orçamento do sector de Água e Saneamento no OGE 2017 aumentou para 1.6% (com relação a 1.2% no OGE Revisto de 2016), abaixo do nível de 3.5% estabelecido internacionalmente para que os países da África Subsariana alcancem os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030.** Aproximadamente 93% dos fundos atribuídos ao sector estão alocados ao subsector da Água, na sua maioria dedicados ao programa de reabilitação dos sistemas urbanos de água. Se por um lado as dotações aumentaram em termos nominais, em 2017, este aumento foi consideravelmente menor em termos reais, devido ao elevado nível de inflação¹.
- » **Os investimentos no subsector de saneamento básico e higiene mantiveram-se em 0,1% do OGE 2017, tal como no OGE Revisto de 2016.** Isto significa que não ocorreu uma recuperação dos cortes orçamentais dos últimos anos, os quais resultaram numa redução de mais de 80% do peso relativo do orçamento de saneamento básico e higiene, relativamente a 2014. **No mesmo período, verificaram-se várias epidemias de doenças infecciosas relacionadas com o saneamento e higiene, tais como a febre-amarela e a cólera, as quais poderiam ter sido prevenidas, ou o seu impacto mitigado, através de um maior investimento em programas de promoção de saneamento e higiene, de baixo custo, tais como o Saneamento Total Liderado pela Comunidade (STLC), o qual recebe apenas 0.09% do Orçamento do sector, em 2017.**
- » **A alocação dos recursos financeiros dos principais programas geridos a nível provincial – Água para Todos e o Programa de Reabilitação dos Sistemas Urbanos de Água e Saneamento – é realizada, aparentemente, sem ter em consideração algumas das características específicas de cada província, como por exemplo, a densidade populacional.** As assimetrias de província para província são grandes, com uma variação significativa do valor médio por habitante atribuído à execução dos principais programas a nível provincial. Assim, o Bengo, como a província menos populosa de Angola, conta com Kz 2.753 por habitante comparado com a Huíla, onde o Governo Provincial conta com apenas Kz 62 por habitante.
- » **As alocações financeiras para o sector de Água e Saneamento parecem ser insuficientes para alcançar as metas estabelecidas para 2017, no Plano Nacional do Desenvolvimento 2013-2017 (PND):** abastecimento de água potável a 100%

da população urbana e 80% da população rural e acesso ao saneamento básico apropriado a 70% da população. **Segundo dados do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) em Angola 2015-2016, apenas um terço dos agregados familiares (32%) têm instalações sanitárias adequadas e 53% têm acesso a uma fonte de água apropriada.**

Resumo dos resultados da análise do OGE para Água e Saneamento de 2016

Os principais resultados da análise do OGE para Água, Saneamento básico e Higiene do ano passado, e que foram analisados em profundidade no Folheto de 2016 são:

1. O peso do orçamento do Sector de Água e Saneamento no OGE Revisto de 2016 foi de 1.2% (dos quais 1.1% para o subsector da Água e 0.1% para o Saneamento).²
2. Os níveis de acesso da população à água potável e ao saneamento seguro continuam muito baixos, em particular nas zonas rurais.
3. Uma das principais causas da baixa cobertura está relacionada com a falta de investimento adequado que permita assegurar a operação e manutenção das infra-estruturas existentes.
4. A grande maioria dos recursos alocados ao sector de Água e Saneamento vão para as áreas urbanas, e muito pouco é destinado às áreas rurais.

A continuação da crise implica que sejam necessárias reformas mais profundas para financiar de maneira adequada o acesso a água potável e ao saneamento básico adequado, entre outros fins para prevenir e combater o elevado nível de doenças infecciosas como a diarreia, a cólera, infecções respiratórias e o sarampo que, por sua vez, constituem as principais causas de doença e da mortalidade infantil. Isto requer um esforço na estabilização do quadro macro-fiscal (em particular na desaceleração da taxa de inflação, na protecção do sector de Água e Saneamento, no aumento da eficiência, da transparência, da prestação de contas e na responsabilização do sector relativamente às despesas e aos resultados dos investimentos no sector). Além dessas medidas, Angola precisa de realizar uma discussão abrangente e inclusiva das prioridades políticas e orçamentais de médio prazo do país, visando o desenvolvimento de uma estratégia que permita melhorar o acesso à água potável e ao saneamento básico adequado, tendo em consideração experiências já existentes a nível nacional, de alto impacto e baixo custo (como por exemplo o Saneamento Total Liderado pela Comunidade – STLC, ver Página 7).

Prioridades e realidades do sector de água e saneamento em Angola em 2017

O PND 2013-2017, que se encontra no seu último ano de execução, estabelece um número de indicadores específicos relacionados com o acesso à água e ao saneamento. O principal indicador para o saneamento é o que determina a taxa geral de acesso ao saneamento básico apropriado e que estabeleceu como meta atingir 70% da população em 2017, com sub-metas de abastecimento de água potável para 100% da população urbana e 80% da população rural (estabelecida no Programa Água Para Todos). Contudo, até 2017, o indicador agregado é de apenas 53%³ a nível nacional, com uma cobertura de água rural de apenas 23%. Os programas listados para o sector de água no PND são:

- » Água Para Todos (rural)
- » Reabilitação e Expansão dos Sistemas Urbanos de Água e Saneamento
- » Capacitação Institucional

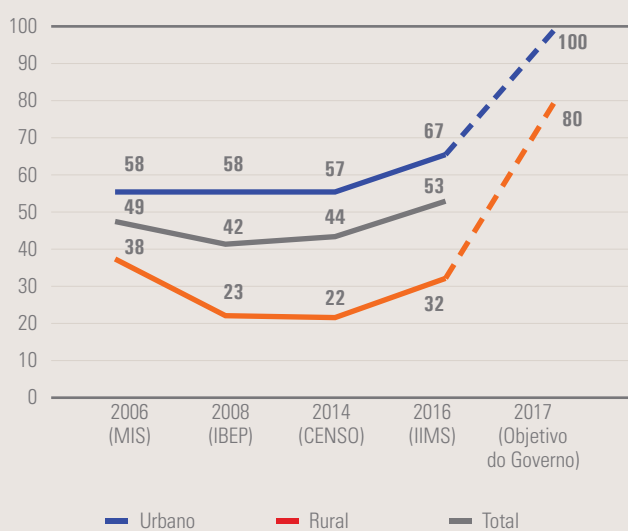
Apesar de ambos os sectores estarem representados no PND, o foco, em termos de número de programas e de financiamento parece ser muito superior para o sector da água, o qual se posiciona como um importante sector económico no PND. O Relatório de Fundamentação do OGE de 2017 reforça esta impressão. O saneamento não é mencionado e a água está sobretudo ligada às políticas do sector real da economia e ao objectivo da diversificação estrutural da economia, sem entrar em detalhes. O Programa Água Para Todos também não é mencionado.

Não podemos esquecer que **o acesso à água e saneamento básico são direitos humanos fundamentais para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável**, que é reconhecido em Angola através da resolução das Nações Unidas 64/292, de 28 de Julho de 2010.⁴



© UNICEF Angola/2016/Scherbrucker

GRÁFICO 1 Percentagem de agregados familiares com acesso a água no período 2006-2016 e objectivos do Governo para 2017



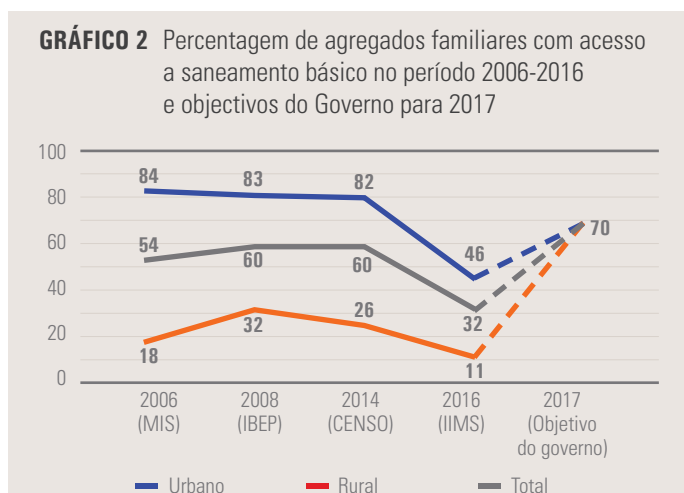
Fonte: Inquérito de Indicadores de Malária (MIS); ICF Internacional 2006; Inquérito Sobre o Bem-Estar dos Agregados Familiares (IBEP) INE 2008; Recenseamento Geral da População e Habitação, INE 2014; Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS), INE 2016

Investir mais na prevenção de doenças através do Saneamento e Higiene para sofrer menos custos na resposta emergencial no sector da saúde

Apesar de nos últimos anos Angola ter sofrido várias emergências em saúde pública relacionadas com a falta de água apropriada e serviços de saneamento básico, e adequadas práticas de higiene, com elevados custos de resposta às emergências, as atribuições com Saneamento básico e Higiene foram reduzidas em mais de 80% desde 2014, e representam apenas 0.1% do OGE em 2017. Aumentos significativos neste sector podem apoiar a prevenção e mitigação de emergências, surtos e epidemias, salvando milhares de vidas (especialmente dos grupos particularmente vulneráveis, tais como as crianças) e reduzindo despesas com este tipo de emergências a curto, médio e longo prazo.

Na análise orçamental do OGE de 2016, foram apresentadas as baixas percentagens de acesso à água potável (gráfico 1) e ao saneamento básico (gráfico 2), no período de 2006-2014. O IIMS 2016 apresenta novos dados, os quais indicam que, por um lado, os objectivos do PND para 2017, em particular no que concerne ao saneamento, ainda estão longe de serem atingidos, dado que apenas um terço dos agregados familiares (32%) tem instalações sanitárias adequadas e não compartilhadas e 53% têm acesso a uma fonte de água apropriada. Igualmente, se considerarmos que os investimentos no sector não aumentaram significativamente e que o foco se mantém sobretudo em investimentos nas zonas urbanas, a presente situação representa uma grande preocupação porque Angola continua com enormes desafios com relação ao acesso à água potável e ao saneamento básico adequado. Em muitas aldeias, a população ainda defeca ao ar livre e recolhe água para o consumo doméstico no rio.

Igualmente importante de salientar, é a variação decrescente entre os dados de acesso a saneamento básico



Fonte: Inquérito de Indicadores de Malária (MIS); ICF International 2006, Inquérito Sobre o Bem-Estar dos Agregados Familiares (IBEP) INE 2008; Recenseamento Geral da População e Habitação, INE 2014; Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS), INE 2016

entre 2014 e 2016. Esta diferença deve-se, muito provavelmente, a diferentes critérios associados ao indicador de acesso a saneamento, em cada uma das fontes utilizadas (Censo em 2014, e IIMS em 2016). Pelo que fica evidente a necessidade de manter mecanismos de monitorização e supervisão que permitam uma análise da evolução das condições de acesso a água e saneamento básico, com base em dados comparáveis e frequentemente recolhidos e publicados.

Uma das boas práticas do processo orçamental em Angola é que alguns dos indicadores do PND são monitorizados nos Relatórios da Conta Geral do Estado (CGE). Como exemplo, temos a publicação dos números sobre o desempenho do sector de água⁵ para 2013 e 2014 pelo Governo. Contudo, no que concerne ao acesso à água, os dados do relatório de CGE de 2014 (59%) são também diferentes dos apresentados pelo Censo Nacional de 2014 (44%). Ainda não foram publicados os relatórios de CGEs para 2015 e 2016, por isso existem apenas dados até 2014 (praticamente antes do começo da crise económica actual).

Por outro lado, também os resultados apresentados pelo CGE de 2014 são mistos. Apenas metade da meta do PND para 2014, para a produção de água potável nas sedes provinciais e três quartos do aumento dos pontos de água existentes, foram alcançados, enquanto que a meta para pequenos sistemas de água ou chafarizes foi ultrapassada⁶. O financiamento do sector tem sido focalizado na construção de grandes infra-estruturas com pouquíssima atenção às operações necessárias para manter essas infra-estruturas em funcionamento. Uma análise interessante, caso existissem dados disponíveis, seria a da avaliação do estado actual da infra-estrutura contruída em 2013-2014 (quantas infra-estruturas ainda estão operativas em 2017).

A ORGANIZAÇÃO DO SECTOR DE ÁGUA E SANEAMENTO EM ANGOLA

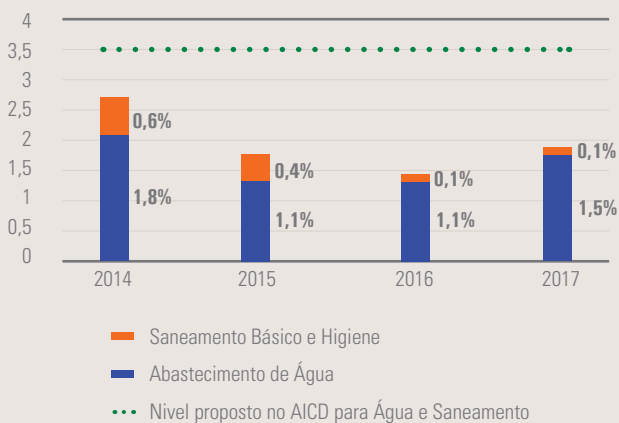
A gestão do sector da Água e Saneamento em Angola está distribuída entre diferentes entidades aos níveis central, provincial e municipal. Criado em Janeiro de 2016, o novo Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e do Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais (IRSEA), sob tutela do MINEA tem competência para regular as actividades de captação, tratamento, transporte e distribuição de água e da colecta, bem como para o tratamento e descarga das águas residuais. O Ministério do Ambiente (MINAMB) tem responsabilidades ao nível dos usos ambientais da água, da qualidade da água no meio ambiente e do saneamento comunitário e do meio, incluindo a gestão integrada dos Resíduos Sólidos (GIRS).

Ao nível provincial e municipal, os principais serviços ligados à gestão dos serviços de Água e Saneamento estão

sob responsabilidade das Direcções Provinciais (agora Gabinetes), bem como de departamentos específicos para a água e saneamento a nível municipal ou pelas Empresas Municipais e as suas Brigadas Municipais de Energia e Águas (BMEA). Contudo, com a recente reorganização da Administração Local, os serviços de água e saneamento serão coordenados pelo Gabinete Provincial de Infra-Estruturas e Serviços Técnicos e pelo Gabinete Provincial de Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários⁷. Ao nível dos municípios, os serviços de água e saneamento, estarão sob responsabilidade da Direcção Municipal do Ambiente e Serviços Comunitários e da Direcção Municipal de Energia e Águas. Outras áreas sectoriais como o ambiente, a habitação e o desenvolvimento rural, assim como os respectivos ministérios de tutela, também estão envolvidas no saneamento básico.

Tendências de atribuição de verbas ao sector de Água e Saneamento

GRÁFICO 3 Percentagem do OGE atribuída ao sector de Água e Saneamento

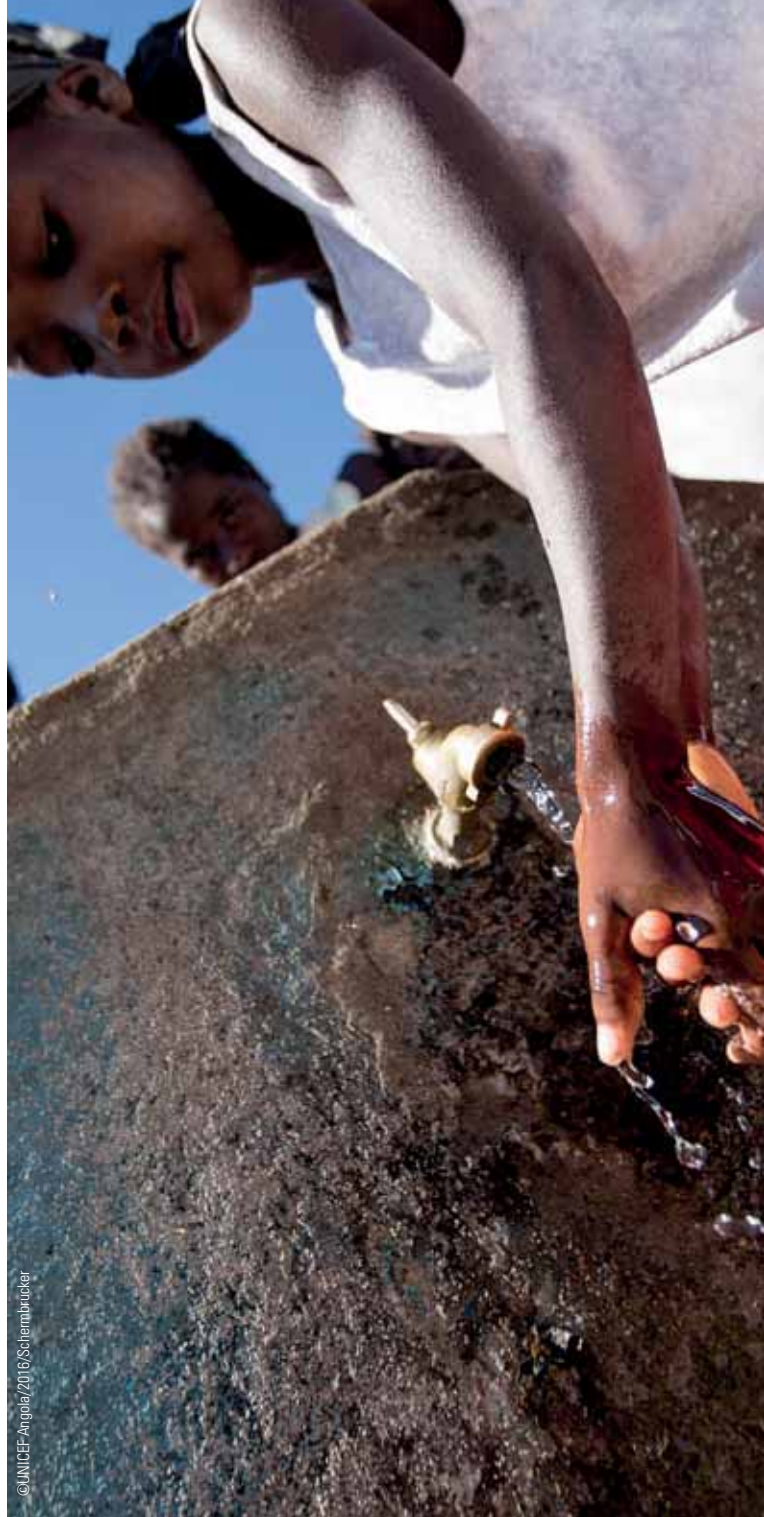


Fonte: OGE 2014-2017

Na atribuição orçamental para o sector entre 2014 e 2017 nota-se claramente o impacto da crise económica pela brusca queda no preço do petróleo (ainda a principal receita do Estado). O nível da alocação total para o sector diminuiu de 2,4% das despesas do Governo em 2014 para 1,5% no OGE de 2015, que foi revisto no início de 2015, depois do reconhecimento do impacto substancial da crise na arrecadação de receita. A alocação para o Saneamento básico e Higiene manteve-se baixa e estável entre 2016 e 2017, mas não recuperou do forte corte de aproximadamente 80% relativamente aos níveis de 2014, mais uma vez sublinhando a priorização da água, com relação ao saneamento. A atribuição continua muito abaixo do nível de 3.5% do OGE recomendado pelo Diagnóstico de Infra-estruturas dos Países de Africa (AICD) do Banco Mundial, e dos 2.4% atribuídos pelo próprio Governo em 2014.

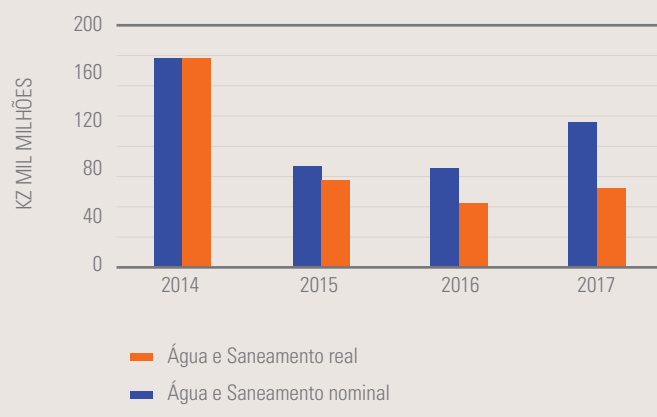
Se continuar com estes valores, principalmente na área de saneamento, Angola não vai atingir os seus compromissos com a Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030, em concreto o ODS 6: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e o saneamento para todos. Para atingir estas metas, Angola precisa de, progressiva e substancialmente, aumentar a percentagem de população que utiliza os serviços de água potável e saneamento básico de forma segura, entre outros.

Em termos de montantes absolutos, importa tomar em conta a evolução dos valores em termos reais nos últimos anos. Se bem que as dotações começaram a aumentar em termos nominais, principalmente em 2017, o gráfico 4 mostra claramente que este aumento foi consideravelmente reduzido, em termos reais, por causa do elevado nível de inflação.⁸



© UNICEF-Angola/2016/Schembrucker

GRÁFICO 4 Atribuição para o sector de Água e Saneamento nominais vs reais



Fonte: OGE 2014-2017

Atribuição por sub-função no sector de água e saneamento

As subfunções usadas nesta análise para definir o sector de Água e Saneamento são:

- » O abastecimento de água,
- » O saneamento básico,
- » A gestão de águas residuais,
- » A gestão de resíduos e a redução da poluição

Conforme ilustrado no gráfico 5, o sector está, porém, completamente dominado pelo abastecimento de água que recebe 93% dos fundos atribuídos ao sector. Dos restantes 7%, apenas 2% vão para o saneamento básico, enquanto 5% vão para a gestão de resíduos. A subfunção de gestão de águas residuais recebe 0.57%, que é um aumento de mais de 6 vezes o montante alocado no OGE revisto de 2016. De 2014 a 2017, a alocação para gestão de resíduos foi reduzida em 84% e o saneamento básico foi igualmente cortado em 53%.

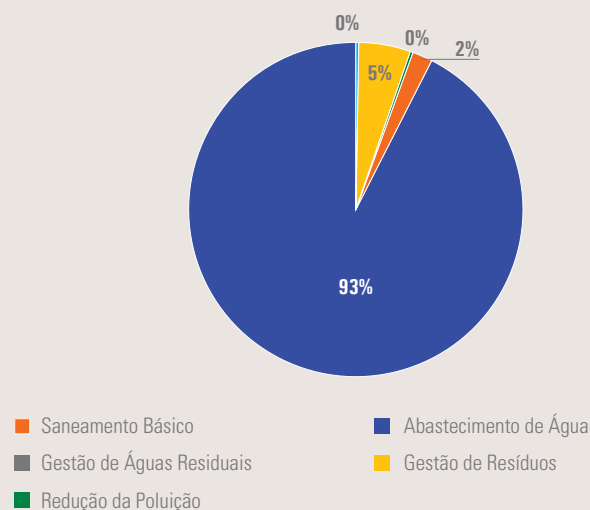
Importa ressaltar esta redução em duas áreas fundamentais para a prevenção de doenças e a preservação de um meio ambiente saudável e sustentável.

Repartição do orçamento por programa

Dos três programas referenciados na secção sobre prioridades e realidades no sector, o programa mais conhecido talvez seja o Programa de Água Para Todos (PAT), mas como ilustrado no gráfico 6, este programa recebe apenas uma fracção da alocação para o Programa de Reabilitação dos Sistemas Urbanos de Água e Saneamento. Na realidade, o PAT sofreu cortes muito substanciais nos últimos anos e, em termos reais, os valores, como apresentados no gráfico 6 ficam muito reduzidos. A reabilitação nas zonas urbanas tem claramente muito mais prioridade, com Kz 36 mil milhões em termos reais, representando 90% do orçamento para os dois programas. De novo é importante entender que estes valores são principalmente para investimentos capitais (CapEx) e quase residual para custos de operação e manutenção dos sistemas (OpEx).

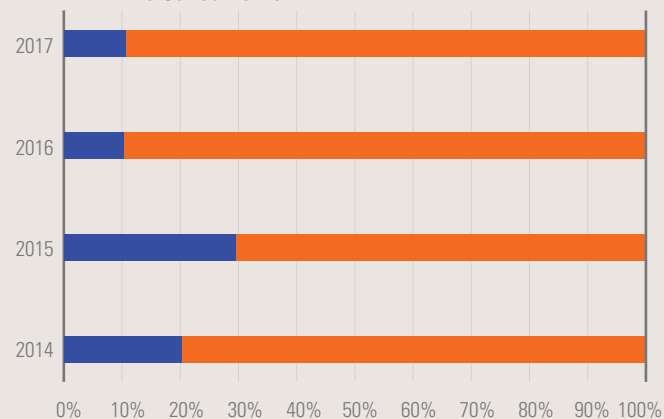
Vale a pena mencionar que o Governo mantém uma pequena alocação para o programa do Saneamento Total Liderado Pela Comunidade (STLC)⁹, que aumentou de Kz 65 milhões no OGE Revisto de 2016 para um orçamento total 105 milhões em 2017. Mesmo assim, ainda representa apenas 0.09% do orçamento total para o sector da Água e Saneamento. Na página seguinte, são demonstrados os grandes impactos deste programa de baixo-custo, e este folheto recomenda que o Governo considere aumentar de forma significativa e urgente as alocações para este programa.

GRÁFICO 5 Atribuição por subfunção no sector de Água e Saneamento Básico



Fonte: OGE 2014-2017

GRÁFICO 6 Atribuição por Programa no Sector de Água e Saneamento



	2014	2015	2016	2017
Programa Água para Todos	30,2	16,9	5,9	4,2
Reabilitação dos Sistemas Urbanos de Água e Saneamento	120,4	40,7	52,7	36

Kwanzas Reais, Mil milhões, Preços de 2014

Fonte: OGE 2014-2017

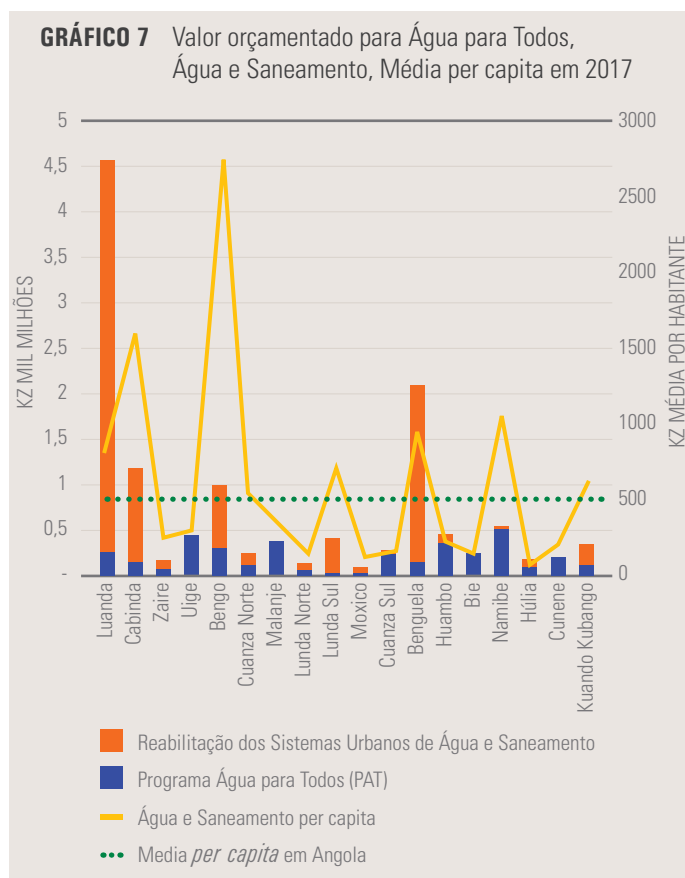


Distribuição geográfica dos recursos no sector de água e saneamento

É relevante destacar que em dois dos programas mais importantes para o sector, os 43% do Programa Água Para Todos e apenas os 10% do Programa de Reabilitação dos Sistemas Urbanos de Água e Saneamento, são geridos pelas províncias, o que constata o ainda alto nível de centralização dos investimentos planificados, com as suas consequentes implicações na gestão destes investimentos locais.

Por outro lado, as assimetrias de província para província são extremas, como demonstrado no gráfico 7. A linha que ilustra a média por habitante enfatiza a enorme variação. Assim, o Bengo, como a província menos populosa, conta com Kz 2.753 por habitante comparado com a Huíla, onde o Governo Provincial conta com apenas Kz 62 por habitante. Outras províncias com maior investimento por habitante são Cabinda, Lunda Sul, Benguela e Namibe, enquanto que entre as que têm menor investimento por habitante estão a Lunda Norte, o Moxico, o Cuanza Sul e o Bié.

A lógica por detrás desta alta variabilidade pode ter diversos motivos, um deles relacionado com a determinação geográfica dos principais investimentos via crédito de instituições financeiras internacionais (Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial ou da República da China), mas que não é possível determinar unicamente através da análise do OGE.



Fonte: OGE 2017

Saneamento Total Liderado Pela Comunidade (STLC) – Inovação nos municípios ajuda as pessoas em zonas rurais

Desde 2008, o UNICEF, em parceria com o Ministério do Ambiente, Direcções Provinciais do Ordenamento do Território Urbanismo e Ambiente, Administrações Municipais e ONGs (ADRA, Fundação Luterana Mundial, People in Need) têm feito a implementação do Saneamento Total Liderado pela Comunidade (STLC) nas províncias do Cunene, Huíla, Bié e Moxico. Até à data, estes programas de baixo custo resultaram em mais de 320 comunidades “mobilizadas” e 130 comunidades livres de defecação ao ar livre, melhorando as condições de saneamento básico de 243,392 pessoas, com custos muito baixos de, em média, Kz 250,000 por aldeia (de aproximadamente 150 habitantes), o que representa Kz 1,700 por pessoa/ano.

Alguns municípios conseguiram financiar o programa dentro dos seus orçamentos municipais, como por exemplo a província de Moxico, que investiu no programa de STLC Kz 10 milhões em 2016, e o Município de Nhârea (na Província do Bié), que o vem fazendo dentro das suas capacidades orçamentais desde 2014.

Definitivamente, deve estender-se este programa ao resto do país, uma vez que é de baixo custo e efectivo, para a melhoria das condições de vida das pessoas no âmbito rural, com a consequente redução de problemas de saúde pública. Contudo, carece de um maior apoio político e orçamental, situação que se espera seja revertida com a primeira Estratégia Nacional de Saneamento Total Liderado pelas Comunidades em Angola, em 2018.

É importante ter em conta que o Programa de Monitorização Conjunta da OMS e UNICEF para a Água e Saneamento (Joint Monitoring Program, JMP), calcula que Angola precisaria investir entre 2018 a 2030 um valor estimado de USD 56 milhões anuais para a eliminação total da defecação ao ar livre no ano 2030.

NOTAS DE RODAPÉ

- Em 2016, a inflação acumulada atingiu 42% (INE, Índice de Preços do Consumidor, Dezembro 2016).
- Valores actualizados de acordo com o OGE revisto de 2016, o qual não estava ainda disponível durante a análise orçamental realizada. No folheto de 2016, os valores mencionados eram relativos ao peso no orçamento inicial, o qual representava 2.1% do OGE de 2016 (dos quais, 1.9% para o subsector da Água e 0.2% para o Saneamento).
- Segundo dados do IIMS (2016).
- http://www.un.org/waterforlifedecade/human_right_to_water.shtml
- Alguns dos indicadores analisados no Relatório de CGE incluem: o número de pontos de água existentes, número de furos de água abertos, números de pequenos sistemas de água, taxa de cobertura da população servida com água.
- Meta PND 2014 para o número de chafarizes construídos era de 5900 e para pequenos sistemas de água 610, tendo sido respectivamente alcançados segundo o relatório de CGE 2014, 5,927 chafarizes e 764 pequenos sistemas de água para o mesmo período.
- Segundo o Decreto Presidencial n.º 208/17, de 22 de Setembro de 2017.
- Aplicamos aqui o índice apresentado no Folheto Análise Geral do OGE de 2017
- O programa de Saneamento Total Liderado pela Comunidade (STLC) utiliza métodos de avaliação rural participativa, com o objectivo de promover a consciência colectiva, a nível das comunidades, sobre o terrível impacto da defecação ao ar livre na saúde pública e em todo o ambiente circundante. O processo de gerar consciência comunitária e de promoção de acções concretas para eliminar a defecação ao ar livre é considerado o “despertar” da comunidade.

“

O acesso à água potável e ao saneamento seguro é essencial para a saúde e o bem estar de uma população. Ao longo da última década, Angola tem vindo a investir fundos importantes neste sector, particularmente nas áreas urbanas do país, mas os níveis de acesso permanecem muito baixos e os dados mostram que não houve progressos significativos nos últimos anos.

Para aumentar o acesso à água e ao saneamento seguro é urgente que o Estado invista uma parte maior dos recursos nas áreas rurais do país pois não tem sido a prioridade das políticas sectoriais. Ao mesmo tempo, é crucial que o financiamento para a manutenção das infra-estruturas construídas seja suficiente para garantir o seu funcionamento.

”